



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

MINUTA DE CIRCULAR

Dispõe sobre requisitos de sustentabilidade, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 36, alínea "b", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, o art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, e o art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.609369/2021-21,

R E S O L V E :

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Dispor sobre requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeitos desta Circular, consideram-se:

I - supervisionadas: sociedades seguradoras, EAPCs, sociedades de capitalização e resseguradores locais;

II - riscos climáticos, em suas vertentes:

a) riscos climáticos físicos: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;

b) riscos climáticos de transição: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

c) riscos climáticos de litígio: possibilidade de perdas ocasionadas por sinistros em seguros de responsabilidade ou ações diretas contra a supervisionada, ambos em função de falhas na gestão de riscos climáticos físicos ou de transição;

III - riscos ambientais: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por

eventos associados a atos ou atividades de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, ou a desastres ambientais resultantes de intervenção humana;

IV - riscos sociais: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

V - interesse comum: interesse associado a grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, quando não relacionada à definição de risco ambiental, de risco climático de transição, de risco climático físico ou de risco climático de litígio;

VI - riscos de sustentabilidade: conjunto dos riscos climáticos, ambientais e sociais;

VII - colaboradores: administradores, funcionários, prestadores de serviços terceirizados e demais parceiros relevantes da supervisionada;

VIII - partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade local, órgãos governamentais e quaisquer outras pessoas ou instituições direta ou indiretamente impactadas pelos produtos, serviços ou atividades da supervisionada;

IX - órgãos de administração: Conselho de Administração e diretoria; e

X - órgão de administração máximo: o Conselho de Administração ou, se inexistente, a diretoria.

Parágrafo único. Os riscos de sustentabilidade incluem eventos que incidam sobre a própria supervisionada ou suas partes interessadas e que tenham potencial de impactar as operações da supervisionada, afetar a demanda por seus produtos ou serviços ou resultar em variações desfavoráveis no valor de seus ativos ou passivos.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DOS RISCOS DE SUSTENTABILIDADE

Art. 3º A gestão dos riscos de sustentabilidade inserir-se-á no contexto geral do Sistema de Controles Internos (SCI) e da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme disposto na regulamentação que os define, devendo a supervisionada, complementarmente:

I - adotar processos, procedimentos e controles específicos para identificar, avaliar, mensurar, tratar, monitorar e reportar, de forma tempestiva, os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta;

II - estabelecer, quando apropriado, limites para concentração de riscos e/ou restrições para a realização de negócios que considerem a exposição de setores econômicos, regiões geográficas, produtos ou serviços a riscos de sustentabilidade; e

III - no caso de supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 ou S2:

a) registrar as informações relevantes para o gerenciamento dos riscos de sustentabilidade, incluindo dados referentes às perdas incorridas pela supervisionada, com o respectivo detalhamento de valores, natureza do evento, região geográfica e setor econômico objeto da exposição, discriminados, no mínimo, com relação aos diferentes tipos de riscos de sustentabilidade definidos no art. 2º, incisos II a IV; e

b) incorporar, em suas metodologias quantitativas de mensuração de riscos, projeções, inclusive de longo prazo, que considerem eventos associados a riscos de sustentabilidade, utilizando-se sempre que possível dos dados de que trata a alínea "a".

§ 1º As supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 ou S2 deverão, no estabelecimento dos limites e restrições de que trata o inciso II do **caput**, considerar os resultados das metodologias mencionadas no inciso III, alínea "b".

§ 2º Para fins do disposto no inciso III, alínea "a", do **caput**, não é exigida a constituição de base de dados exclusiva, desde que a bases utilizadas permitam a extração das informações no nível de detalhamento requerido.

§ 3º Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco no contexto da regulamentação mencionada no **caput**, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos.

Art. 4º A supervisionada deverá implementar, sempre que pertinente, critérios e procedimentos para precificação e subscrição de riscos, com ou sem imposição de condições especiais, que levem em conta, no mínimo:

I - o histórico e comprometimento do cliente no gerenciamento de riscos de sustentabilidade;

II - a capacidade e a disposição do cliente em mitigar os riscos de sustentabilidade associados à transação; e

III - eventuais restrições ou limites aplicáveis, nos termos do art. 3º, inciso II.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos de que trata o **caput** deverão:

I - ser integrados à gestão do risco de subscrição; e

II - constar expressamente da política de subscrição e/ou dos normativos internos a ela relacionados.

Art. 5º A supervisionada, exceto se enquadrada no segmento S4, deverá implementar critérios e procedimentos para a seleção de investimentos que levem em conta, no mínimo:

I - sempre que possível, riscos advindos de:

a) exposições dos ativos e/ou de seus emissores a riscos de sustentabilidade; e

b) não adoção de boas práticas de governança corporativa por parte dos emissores dos ativos; e

II - eventuais restrições ou limites aplicáveis, nos termos do art. 3º, inciso II.

§ 1º Os critérios e procedimentos de que trata o **caput** deverão:

I - ser integrados à gestão dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez; e

II - constar expressamente da política de investimentos e/ou dos normativos internos a ela relacionados, juntamente com a indicação da parcela da carteira de investimentos à qual serão aplicados.

§ 2º A supervisionada, na definição da parcela da carteira de investimentos mencionada no inciso II do § 1º, deverá considerar:

I - a disponibilidade de informações acerca dos riscos mencionados no inciso I do **caput** deste artigo;

II - a oferta de ativos que atendam aos critérios mencionados no **caput** deste artigo; e

III - as metas de risco-retorno estabelecidas em sua política de investimentos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos fundos de investimentos especialmente constituídos (FIEs).

Art. 6º A supervisionada, exceto se enquadrada nos segmentos S3 ou S4, deverá implementar critérios e procedimentos para seleção de fornecedores e prestadores de serviços que levem em consideração suas exposições aos riscos de sustentabilidade.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos de que trata o **caput** deverão:

I - ser integrados à gestão do risco operacional; e

II - constar expressamente da política de gestão de riscos e/ou dos normativos internos a ela relacionados.

CAPÍTULO IV DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Seção I Dos Requisitos Gerais

Art. 7º A supervisionada deverá possuir uma política de sustentabilidade que estabeleça princípios e diretrizes destinados a garantir que aspectos de sustentabilidade, incluindo riscos e oportunidades, sejam considerados na condução de seus negócios e no seu relacionamento com partes interessadas.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se aspectos de sustentabilidade:

I - o respeito e a proteção dos direitos e garantias fundamentais e dos interesses comuns;

II - a preservação e a reparação do meio ambiente;

III - a redução dos impactos ocasionados por mudanças em padrões climáticos;

ou

IV - a transição para uma economia de baixo carbono.

§ 2º A política de sustentabilidade poderá, a critério da supervisionada, definir mecanismos para promover a participação de partes interessadas:

I - no processo de reavaliação da política de sustentabilidade; ou

II - na definição das ações mencionadas no art. 10 e na avaliação de seus resultados.

§ 3º A política de sustentabilidade não será considerada, para fins da regulamentação mencionada no **caput** do art. 3º, uma política complementar à política de gestão de riscos.

Art. 8º A política de sustentabilidade deverá ser:

I - compatível com o porte da supervisionada, a natureza e a complexidade de suas operações;

II - alinhada aos objetivos estratégicos da supervisionada e ao seu plano de negócios;

III - registrada formalmente por escrito;

IV - aprovada pelo órgão de administração máximo da supervisionada;

V - divulgada:

a) aos colaboradores da supervisionada, mediante linguagem clara, acessível e em nível de detalhamento compatível com as funções que desempenham; e

b) ao público externo, em local de fácil identificação no sítio eletrônico da supervisionada, pelo menos em versão resumida que contenha suas linhas gerais; e

VI - reavaliada no mínimo a cada 3 (três) anos ou sempre que a supervisionada julgar necessário, em especial para a manutenção do alinhamento de que trata o inciso II do **caput**.

Art. 9º A supervisionada poderá adotar política de sustentabilidade definida no âmbito do grupo ou conglomerado a que pertence, desde que tal política atenda ao disposto nesta Circular e contemple as especificidades das operações da supervisionada.

Parágrafo único. Na hipótese de opção pela faculdade prevista neste artigo, considera-se atendido o disposto no art. 8º, inciso IV, se o órgão de administração máximo da supervisionada formalizar tal decisão em ata de reunião, atestando que a política de sustentabilidade atende aos requisitos expressos no **caput**.

Seção II

Das Ações Relacionadas à Política de Sustentabilidade

Art. 10. De forma a promover a efetividade da política de sustentabilidade, a supervisionada deverá implementar, com base nos princípios e diretrizes nela contidos, ações relacionadas, pelo menos:

I - à oferta de produtos ou serviços; ou

II - ao desempenho de suas atividades e operações.

Parágrafo único. Adicionalmente ao disposto no **caput**, é facultado à supervisionada implementar outras ações relacionadas aos aspectos mencionados no art. 7º, § 1º, que visem essencialmente à promoção de impactos positivos para as partes interessadas e a sociedade em geral, se assim previsto na política de sustentabilidade.

Art. 11. As ações de que trata o art. 10 deverão ser continuamente monitoradas e avaliadas, com base em critérios claros, objetivos e passíveis de verificação, quanto a seus resultados e à sua contribuição para a efetividade da política de sustentabilidade.

Seção III

Da Governança

Art. 12. Compete aos órgãos de administração da supervisionada:

I - promover a disseminação da política de sustentabilidade;

II - assegurar:

a) o alinhamento de que trata o art. 8º, inciso II;

b) a compatibilidade e a integração entre a política de sustentabilidade e as demais políticas da supervisionada; e

c) a aderência dos negócios e operações da supervisionada, incluindo as ações de que trata o art. 10, à política de sustentabilidade; e

III - garantir que os mecanismos de avaliação de desempenho e a estrutura remuneratória adotados pela supervisionada não incentivem comportamentos incompatíveis com a política de sustentabilidade.

Parágrafo único. A fim de obter auxílio para o adequado desempenho das atribuições definidas neste artigo, os órgãos mencionados no **caput** poderão, a seu critério, constituir comitês ou comissões executivas, bem como utilizar-se de avaliações realizadas por unidades ou colaboradores da supervisionada.

Art. 13. Compete exclusivamente aos diretores da supervisionada:

I - conduzir, em linha com os princípios e diretrizes da política de sustentabilidade, as atividades sob sua responsabilidade, incluindo as ações de que trata o art. 10, promovendo a correção de eventuais deficiências detectadas; e

II - subsidiar o órgão de administração máximo com relação à elaboração e à reavaliação da política de sustentabilidade.

CAPÍTULO V

DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Art. 14. A supervisionada deverá elaborar e divulgar, até o dia 30 de abril de cada exercício, um relatório de sustentabilidade, descrevendo, no mínimo:

I - as ações de que trata o art. 10, explicitando, se houver, os resultados obtidos no exercício anterior e os esperados para o atual; e

II - os aspectos mais relevantes relativos à gestão dos riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, incluindo, no mínimo:

a) o monitoramento realizado pelo órgão de administração máximo;

b) a maneira como os resultados do monitoramento de que trata a alínea "a" são considerados na revisão dos objetivos estratégicos, plano de negócios e política de sustentabilidade;

c) os principais colaboradores, órgãos e unidades envolvidos na gestão de riscos, bem como suas respectivas atribuições e responsabilidades;

d) os principais riscos identificados e seus possíveis impactos a curto, médio e longo prazos sobre o modelo de negócio da supervisionada, sua estratégia e operações;

e) os processos utilizados para identificar, avaliar, mensurar, tratar, monitorar e reportar riscos; e

f) a maneira como os riscos são integrados à EGR e à gestão dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez.

§ 1º O relatório de sustentabilidade deverá ser:

I - elaborado com relação à data-base de 31 de dezembro do exercício anterior à sua divulgação;

II - aprovado pelo diretor responsável pelos controles internos e por outros diretores eventualmente responsáveis pelas ações de que trata o art. 10; e

III - encaminhado, para ciência, pelo menos:

a) aos órgãos de administração;

b) aos Comitês de Auditoria e de Riscos, se houver; e
c) às comissões e comitês mencionados no art. 12, parágrafo único, se houver.

§ 2º As pessoas e órgãos mencionados no § 1º, incisos II e III, deverão considerar o conteúdo do relatório de sustentabilidade no desempenho de suas respectivas atribuições, principalmente no que se refere à avaliação da efetividade da gestão dos riscos de sustentabilidade e das ações de que trata o art. 10.

§ 3º O relatório de sustentabilidade deverá ficar disponível ao público externo, em local de fácil identificação no sítio eletrônico da supervisionada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a partir da data de sua divulgação.

§ 4º No caso de supervisionadas atendidas por SCI/EGR unificado, o relatório de sustentabilidade deverá ser único, elaborado e divulgado pela supervisionada indicada na forma da regulação em vigor.

Art. 15. A Coordenação-Geral competente divulgará, através do sítio eletrônico da Susep, tabelas padrão para apresentação resumida das informações previstas no art. 14, inciso II, as quais deverão:

I - ser incorporadas ao relatório de sustentabilidade na forma de anexos; e
II - apresentar, de forma segregada, no mínimo as informações referentes aos riscos climáticos.

Parágrafo único. As tabelas no **caput** poderão ainda:

I - estabelecer segregações adicionais de informações, com base nos diferentes tipos de riscos de sustentabilidade definidos no art. 2º, incisos II a IV; e

II - incluir informações adicionais, de apresentação facultativa, acerca de:

a) oportunidades relacionadas aos aspectos mencionados no art. 7º, § 1º, e seus impactos sobre o modelo de negócio da supervisionada, sua estratégia e operações; e

b) métricas e indicadores utilizados na gestão de riscos de sustentabilidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16. A supervisionada deverá conservar, nos termos da regulamentação vigente, as versões atuais e anteriores dos seguintes documentos:

I - política de sustentabilidade, de que trata o Capítulo IV;
II - relatório de sustentabilidade, de que trata o Capítulo V; e
III - demais documentos que comprovem o atendimento ao disposto nesta Circular.

Art. 17. Excepcionalmente, o primeiro relatório de sustentabilidade, referente à data-base de 31 de dezembro de 2022, poderá ser elaborado e divulgado até 30 de junho de 2023.

Art. 18. As supervisionadas terão os seguintes prazos para adequação:

I - ao disposto no art. 3º, inciso III, alíneas "a" e "b" e no art. 3º, § 1º: até 31 de dezembro de 2022; e

II - ao restante desta Circular:

a) para as supervisionadas enquadradas no segmento S1: até 1º de julho de 2022;

b) para as supervisionadas enquadradas no segmento S2: até 1º de setembro de 2022; e

c) para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S3 e S4: até 1º de novembro de 2022.

Art. 19. Esta Circular entra em vigor em x de xxxxxxxxxxxx de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR DA ROCHA NEVES (MATRÍCULA 1338145)**, Coordenador-Geral, em 24/11/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1197362** e o código CRC **E30A27A5**.

Referência: Processo nº 15414.609369/2021-21

SEI nº 1197362